

Futebol de mulheres Asuriní: do “embaçar” ao jogar, a conquista de espaços

*Asuriní women's soccer: from “blurring” when
playing, to conquering spaces*

*El fútbol femenino Asuriní: de “difuminarse” al
jugar, a conquistar espacios*

Jairson Monteiro Rodrigues Viana

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
jairson.viana@ifpa.edu.br

Maria Sarmiento Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
sarmiento-y@hotmail.com

Resumo: Este estudo tem como objeto de pesquisa a prática do futebol por mulheres indígenas Asuriní, da aldeia Trocará, localizada no município de Tucuruí, estado do Pará – Amazônia. Contexto no qual se busca analisar tal prática para entender como essas mulheres utilizam o saber esportivo do futebol e de sua cultura Asuriní para elaborar e reelaborar tal esporte na comunidade. Para tanto, especificamente, objetivamos: a) descrever a prática do futebol por mulheres Asuriní; b) destacar o processo de formação cultural da mulher Asuriní; e c) estabelecer correlações entre o saber esportivo do futebol e a cultura Asuriní. De caráter etnográfico, a pesquisa de campo foi realizada com o uso da técnica de observação e da aplicação de entrevistas semiestruturadas. De modo a evidenciar a importância que a prática do futebol exerce naquela comunidade sobre as mulheres indígenas Asuriní do Trocará.

Palavras-chave: Mulher indígena Asuriní. Futebol. Cultura Asuriní do Trocará.

Abstract: This study's research object is the practice of soccer by Asuriní indigenous women, from the Trocará village, located in the municipality of Tucuruí, state of Pará – Amazon. Context in which we seek to analyze this practice to understand how these women use the sporting knowledge of soccer and their Asuriní culture to elaborate and re-elaborate this sport in the community. To this end, specifically, we aim to: a) describe the practice of soccer by Asuriní women; b) highlight the process of cultural formation of the Asuriní woman; and c) establish correlations between soccer sports knowledge and Asuriní culture. Of an ethnographic nature, the field research was carried out using observation techniques and the application of semi-structured interviews. In order to highlight the importance that the practice of soccer has in that community on the Asuriní indigenous women of Trocará.

Keywords: Asuriní indigenous woman. Soccer. Asuriní Culture of Trocará.

Resumén: Este estudio tiene como objeto de investigación la práctica del fútbol por mujeres indígenas Asuriní, de la aldea Trocará, ubicada en el municipio de Tucuruí, estado de Pará – Amazonas. Contexto en el que buscamos analizar esta práctica para comprender cómo estas mujeres utilizan el conocimiento deportivo del fútbol y su cultura Asuriní para desarrollar y reelaborar este deporte en la comunidad. Para ello, en concreto, nos proponemos: a) describir la práctica del fútbol por parte de las mujeres asuriní; b) resaltar el proceso de formación cultural de la mujer Asuriní; y c) establecer correlaciones entre el conocimiento deportivo del fútbol y la cultura Asuriní. De carácter etnográfico, la investigación de campo se realizó utilizando la técnica de observación y la aplicación de entrevistas semiestructuradas. Con el fin de resaltar la importancia que tiene la práctica del fútbol en las mujeres indígenas Asuriní de Trocará en esa comunidad.

Palabras clave: Mujer indígena Asuriní. Fútbol. Cultura Asuriní de Trocará.

Introdução

É fato que o futebol é uma das modalidades esportivas mais praticadas e difundidas no mundo, tendo chegado ao Brasil no século XIX. A prática moderna do futebol, com regras e funções estabelecidas como o praticamos na atualidade, surgiu na Inglaterra, em 1863¹, quando as associações de *Rugby* e *Football* se afastaram, dando oportunidade para a criação da primeira instituição de regulamentação futebolística, a *Football Association*².

Apesar de termos aprendido, exaustivamente, que o futebol surgiu na Inglaterra, encontram-se registros históricos sobre práticas semelhantes ao que hoje chamamos de futebol entre os chineses, o *Tsu-Chu*. Tais registros estão em um manual militar datado dos séculos III a II a.C., o qual:

[...] consistia em chutar uma bola de couro preenchida com penas e cabelo através de uma abertura, medindo apenas 30-40cm de largura, em uma rede fixada entre dois longos bastões de bambu. De acordo com uma variação desse exercício, não era permitido o jogador alcançar seu alvo desimpedido, mas deveria utilizar seus pés, peito, costas e ombros enquanto tentava resistir aos ataques de seus oponentes. O uso das mãos não era permitido (FIFA, 2023)³.

Cerca de 500 a 600 anos após os primeiros vestígios na China, surgiram relatos acerca da modalidade no Japão, o *Kemari*, um jogo em que os participantes ficam em círculo, cuja finalidade é chutar a bola para outro participante sem que esta toque o chão. Também, gregos e romanos tinham registros de práticas semelhantes ao futebol, o *Episkyros*, que:

[...] era jogado com uma bola menor por dois times em um campo retangular com marcações para limitar o campo e uma linha central. O objetivo era fazer a bola passar através dos limites do campo inimigo, com os jogadores passando entre si, truques eram a ordem do dia. O jogo permaneceu popular por 700-800 anos, mas, embora os romanos o tenham levado

¹Criação das 13 regras que o regulamentaram como esporte.

²FIFA. History of Football – The Origins. Disponível em: <https://www.fifamuseum.com/en/exhibitions-events/special-exhibitions/origins/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

³*Ibidem* (Tradução nossa).

para a Grã-Bretanha com eles, o uso dos pés era tão insignificante que mal pode ser considerado uma consequência (FIFA, 2023)⁴.

Galeano (2009), em seus estudos, relata práticas semelhantes ao futebol nas Américas, descrevendo atividades com bola entre os indígenas centro-americanos:

No México e na América Central, a bola de borracha era o sol de uma cerimônia sagrada desde uns mil e quinhentos anos antes de Cristo; mas não se sabe desde quando se joga o futebol em muitos lugares da América. Segundo os índios da selva amazônica da Bolívia, tem origens remotas a tradição que os leva a correr atrás de uma bola de borracha maciça para metê-la entre dois paus sem fazer uso das mãos (Galeano, 2009, p. 31).

De acordo com Galeano (2009, p. 32), no século XVIII, um sacerdote espanhol, das missões jesuítas do Alto Paraná, descreveu, assim, um costume antigo do Povo Guarani: “não lançam a bola com a mão, como nós, mas com a parte superior do pé descalço”. O autor também relata que, entre os indígenas do México e da América Central, a bola era golpeada, costumeiramente, com o quadril ou com o antebraço, embora as pinturas de Teotihuacán e de Chichén Itzá revelem que, em certos jogos, chutava-se a bola com o pé e o joelho.

Na América Latina, especificamente no Brasil, há registros nos primeiros séculos de atividades realizadas com bola. Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-Grande & Senzala*, descreve um jogo com bola de borracha praticado pelos indígenas, o qual consistia em controlar a bola por meio de cabeçadas e, algumas vezes, com as costas.

Vale destacar que há divergências sobre a origem do futebol brasileiro entre alguns historiadores e pesquisadores. Alguns afirmam ter começado a ser jogado em solo brasileiro na década de 1860, no Colégio São Luís, em Itu. Posteriormente, em outras instituições de ensino, como no Colégio Anchieta e no Colégio Dom Pedro II, ambos no estado do Rio de Janeiro (Rosa, 2011). Severino (2010), em seus estudos, destaca a presença do

⁴*Ibidem* (Tradução nossa).

escocês Thomas Donohoe, o qual teria trazido o futebol ao Rio de Janeiro alguns anos antes de Charles Miller.

Apesar das divergências sobre a origem do futebol, oficialmente no Brasil, a versão mais aceita determina que Charles Miller, um brasileiro paulista, filho de ingleses, retornando ao Brasil em outubro de 1894, trouxe de presente ao seu País duas bolas e uma bomba para enchê-las, além de uniformes, apito e um livro de regras do esporte (Aquino, 2002), ou melhor, trouxe o futebol.

Momento em que, o cenário brasileiro era de um país republicano, que, recentemente, havia abolido a escravidão e acabava de trocar a mão de obra negra por trabalhadores imigrantes brancos assalariados.

Nesse contexto, inicialmente, o futebol se disseminou, sobretudo, entre os jovens da elite que se organizavam em clubes e escolas ligadas às colônias de imigrantes, como também no meio industrial, dominado pela aristocracia de origem europeia (Helal, 2007). Franco Junior (2007) afirma que, nesse período:

Colégios e clubes constituíam-se em espaços restritivos de formação, lazer e sociabilidade, nos quais se representava a pretensa superioridade da elite, que procurava fortalecer, num movimento endógeno, por meio da difusão de vínculos de solidariedade e do conseqüente afastamento dos demais setores sociais (Franco Junior, 2007, p. 62-63).

Em 1923, fundou-se o Clube de Regatas Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, primeiro clube de elite a aceitar atletas negros em sua equipe para a disputa do campeonato daquele ano. Feito que causou grande impacto na estrutura recém-organizada do futebol do Rio de Janeiro ao conquistar o título carioca.

Tal acontecimento causou a ruptura das equipes brancas do Fluminense, Botafogo, Flamengo, América Bangu e São Cristóvão com o Vasco da Gama. As equipes brancas fundaram, em 1924, a Associação Metropolitana de Esportes Amadores, a qual não contaria com a participação do Vasco da Gama, que se recusou a excluir de sua equipe os 12 jogadores negros (Franco Júnior, 2007).

A história do futebol está, portanto, intrinsecamente, ligada ao confronto entre classes sociais. Em sua chegada elitista ao Brasil, a prática do futebol esteve presente nos conflitos entre pobres e ricos, negros, indígenas, mestiços e brancos. Tal disputa de forças entre poderosos e oprimidos e tentativas de controle social deram origem ao futebol na Inglaterra e no Brasil. Até então, não se ouvia falar do envolvimento de mulheres no futebol, tampouco de mulheres indígenas. É notório que o mundo do futebol se caracterizou por ser, desde sua origem, um espaço exclusivamente masculino. Nessa perspectiva, questionamos: qual o lugar da mulher no País do futebol?

Existem diferentes versões sobre o início da prática do futebol feminino no Brasil. Em uma das versões apresentadas, a primeira partida oficial de futebol feminino no Brasil aconteceu em 1921, como uma atração para as pessoas em uma festa junina no estado de São Paulo. Anos depois, outra partida ocorreu em abril de 1941. Em outra versão, segundo Salles, Silva e Costa (1996), após análise de matéria jornalística do Brasil em 1976, as primeiras partidas de futebol feminino ocorreram na praia do Leblon em dezembro de 1975, as quais aconteciam sempre tarde da noite em virtude de as jogadoras serem empregadas domésticas.

Durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941 (Brasil, 1941), proibindo a “prática de esportes incompatíveis com a natureza feminina”, entre eles, o futebol. Assim, o futebol feminino passou a ser visto como um “desvio de conduta”, dado que permitia às mulheres outras funções “além daquelas consagradas pelo estereótipo da ‘rainha do lar’, que sedimentava a representação da mulher como a ‘boa mãe’ e a ‘boa esposa’ (de preferência seguindo os padrões hollywoodianos de beleza), principalmente, restrita ao espaço doméstico” (Franzini, 2005, p. 321).

A liberação da prática esportiva para as mulheres era limitada aos esportes que se diziam compatíveis com a estrutura corporal feminina, gerando, dessa forma, um distanciamento do futebol, pois:

Mesmo que as mulheres participassem de alguns eventos esportivos, o temor à desmoralização feminina frente à exibição e espetacularização do corpo se traduzia num fantasma a rondar as famílias, em especial, as da elite. A

prática esportiva, o cuidado com a aparência, o desnudamento do corpo e o uso de artifícios estéticos, por exemplo, eram identificados como impulsionadores da modernização da mulher e da sua autoafirmação na sociedade e, pelo seu contrário, como de natureza vulgar que a aproximava do universo da desonra e da prostituição (Goellner, 2005, p. 145).

É necessário que se mantenha aberta a discussão acerca da desigualdade de espaços para a prática e o investimento no futebol, pois, a despeito de o futebol feminino ter conquistado mais espaço nos clubes e na mídia na última década, a realidade vivenciada pelas jogadoras é totalmente diferente daquela experienciada pelos jogadores homens, ao passo que o histórico do futebol feminino, diante da repressão e da ainda latente falta de incentivo, explica a razão disto.

Incluídos nessa realidade estão os povos indígenas do Brasil, cuja história encontra-se marcada por impactos culturais, sociais, econômicos, de saúde e ambientais, decorrentes da expansão e consolidação da colonização/exploração do homem branco sobre seus territórios. Em nossa região, em particular, a construção de hidrelétricas⁵ foi um fator que trouxe impactos à vida dessa população e expulsou indígenas de suas terras.

Segundo o censo (IBGE, 2023), 1.693.535 milhão de pessoas se identificam como indígenas, representando 0,83% da população. A maior população indígena encontra-se localizada na região Norte, posto que, nessa região, 753.357 mil indivíduos se declararam indígenas, representando 44,48% da população indígena nacional. No Estado do Pará, há 89.974 mil pessoas que se declararam indígenas.

Em relação às tradições culturais esportivas dos povos indígenas no Brasil, Camargo (2014) revela que eles já praticavam o jogo de bola com os pés, como é o caso dos indígenas habitantes do Alto Xingu (MT). Estes praticam um esporte chamado Katulaiwa, semelhante ao futebol, em que a bola é chutada usando somente os joelhos e a regra se assemelha a do futebol.

⁵No Pará temos duas usinas de grande porte: a usina hidrelétrica de Tucuruí e a de Belo Monte. A implantação destas usinas ocasionou o alagamento de algumas cidades e vegetações nativas, alterando o ecossistema local e expulsando comunidades indígenas de suas moradias.

Do mesmo modo, os Pareci, com o “futebol de cabeça”, o Xikunahity, praticam sem a participação da mulher indígena. Há, portanto, uma relação de aproximação entre alguns povos indígenas e o esporte com bola. Atualmente, há, também, semelhanças entre indígenas e não indígenas brasileiros, pois ambos demonstram paixão pelo futebol e a exclusão da mulher do jogo.

Metodologia

O estudo de campo realizado tem como base a pesquisa qualitativa, sendo que as informações foram coletadas e analisadas de modo indutivo. Como indica Bogdan e Biklen (1994), os significados foram o foco do estudo.

Em um primeiro momento, descrevemos e analisamos as informações. Num segundo, passamos a interpretá-las, visto que, conforme orienta Negrine (2004, p. 60):

[...] a pesquisa qualitativa tem como pressuposto científico manipular informações recolhidas, descrevendo-as e analisando-as, para num segundo momento interpretar e discutir à luz da teoria, ao passo que a pesquisa quantitativa, a partir da quantificação dos dados recolhidos, se serve de modelos matemáticos para descrever, analisar, interpretar e discutir os achados.

A investigação trata de um caso específico: a prática do futebol por mulheres indígenas da Aldeia Indígena Asuriní do Trocará (AIAT). A ideia era entender o fenômeno do futebol praticado por mulheres no contexto da vida real, como propõe Yin (2005), retratando a realidade de forma completa e profunda. A preocupação central era, como orienta Ludke e André (1989), compreender o cenário investigado de modo singular, produzindo subsídios para que ocorresse um entendimento mais complexo do fenômeno na sua relação com o entorno social.

Os dados coletados e as informações obtidas, durante a fase de imersão na AIAT, foram sistematizados, descritos e analisados sob o manto da pesquisa qualitativa, utilizando a metodologia da microanálise etnográfica, porque o estudo etnográfico busca possibilitar que a palavra

do excluído seja manifestada e ouvida. Nesse contexto, os excluídos são aqueles que, por definição, nunca são ouvidos: aldeias isoladas, povos colonizados, classes dominadas ou grupos em vias de extinção nas sociedades contemporâneas, ditas desenvolvidas (Beaud; Webe *apud* Fonseca, 1998, p. 3).

O povo indígena Asuriní do Trocará

Segundo Franz-Boas (1920 *apud* Lévi-Strauss, 2003, p. 21), “para compreender a história, não basta saber como são as coisas, mas como chegaram a ser o que são”. Nessa linha de pensamento, acreditamos ser importante um olhar sobre a história do povo Asuriní do Trocará, dividida em um período pré-contato e um pós-contato com os não indígenas.

O povo indígena Asuriní da Terra Indígena Trocará, também conhecido como os Asuriní do Tocantins ou Asuriní do Trocará e Akuáwa-Asuriní, atualmente, vive na região Norte da Amazônia Paraense, município de Tucuruí (PA), sendo constituído por 813 indígenas (IBGE, 2023). Antes, ocupou o município de Pacajá e, depois de conflitos com o povo Parakanã, mudou-se de lugar, estabelecendo-se nessa região, inicialmente, às margens do rio Tocantins. Na década de 1980, com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e as conseqüentes inundações em decorrência dessa construção, os indígenas foram obrigados a se deslocar para terras mais distantes da margem do rio.

As Terras Indígenas (TI) dos Asuriní, localizadas na jusante⁶ da Hidrelétrica de Tucuruí, não foram completamente inundadas pelo reservatório desta. Ainda assim, os Asuriní sofreram o que se denomina “efeitos indiretos”, ou seja, sofreram as conseqüências das profundas transformações na estrutura socioeconômica da região e dos desequilíbrios ecológicos resultantes da instalação da obra na década de 1980. Entre as transformações ocorridas, evidenciamos o excesso de fazendas que se instalaram aos arredores da Terra Indígena, o desmatamento excessivo e a

⁶Jusante é o mesmo que rio abaixo.

inundação da área localizada às margens do rio, devido à elevação do nível da água.

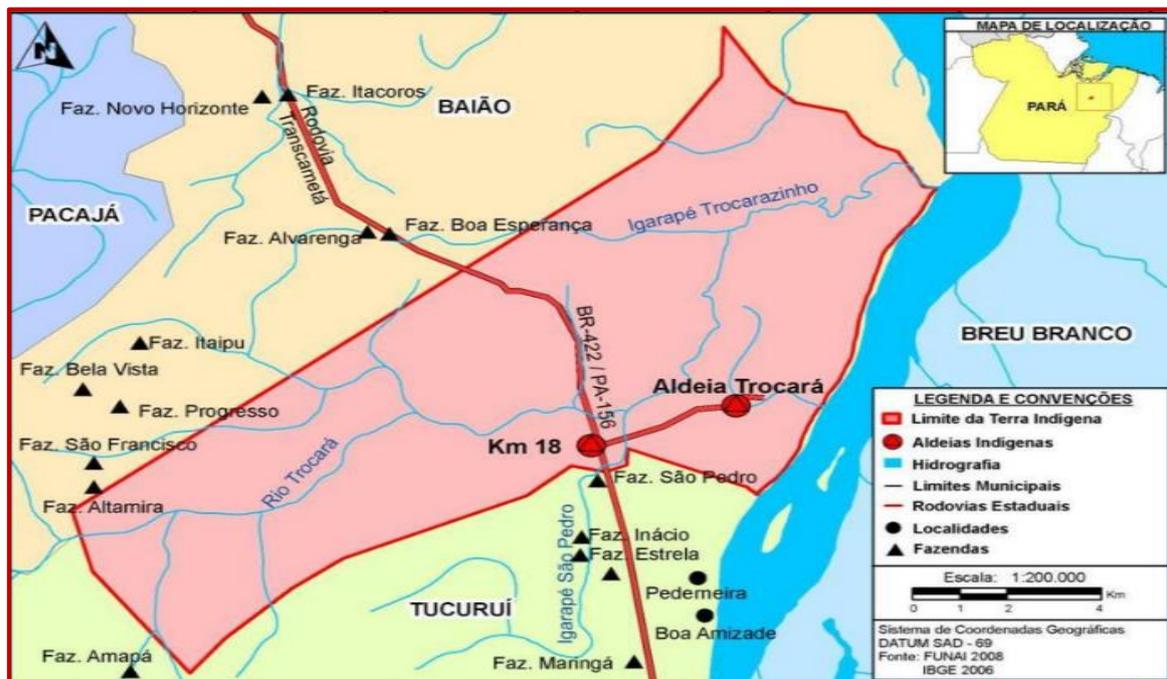


Figura 1 - Mapa de localização da Aldeia Asuriní do Trocará na TI Trocará

Fonte: Gonçalves (2010).

A TI está localizada aproximadamente a 25 km ao Norte da cidade de Tucuruí na PA-156 / BR-422, amplamente conhecida como Transcametá desde a década de 1970, a TI possui serviços de energia elétrica, sistema de água encanada, escola indígena e posto de saúde (após reivindicações dos Asuriní). A população indígena, que vive nessa área, distribui-se, principalmente, em quatro aldeias denominadas: Trocará (aldeia central), Ororitawa, Oimutawá e Marirotawa. Imperioso ressaltar que em cada aldeia há um cacique.

Ribeiro (2014) afirma que a aldeia Trocará, sede da TI, é o local no qual são tomadas as mais importantes decisões desse povo. A divisão em várias aldeias é vista pelo autor como uma estratégia das lideranças indígenas para assegurar a posse de suas terras e livrá-las de invasões e, conseqüentemente, da sua devastação. A autora ressalta, ainda, o grau de organização do povo Asuriní, na medida em que cada núcleo é gerenciado por um cacique, os quais há um cacique geral, também chamado de capitão,

o qual é o cacique Kajuangawa Asuriní, mais conhecido por Kaju (líder de todas as aldeias Asuriní).

A mulher indígena

Ao longo da pesquisa bibliográfica na base de teses e dissertações da CAPES e repositórios de artigos acadêmicos como: Revista Movimento; Revista Motrivivência (Revista da Educação Física, Esporte e Lazer da UFSC); Motriz (Revista de Educação Física da Unesp); Revista de Educação Física da Universidade de Maringá; Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Revista sobre Futebol, Linguagem, Artes e outros Esportes (FuLiA/UFMG); e Plataforma SciELO.

No transcurso da pesquisa, constatou-se a existência de poucos estudos realizados sobre a mulher indígena, assim como nenhum estudo tendo como tema central a prática do futebol pela mulher indígena.

Dentre os estudos encontrados, em sua maioria, predominam visões colonialistas dessas mulheres, tendo relação direta com a tradição europeia de inferiorização/estereotipação do gênero feminino. No tocante à representação europeia das mulheres, os brancos viam as mulheres indígenas como mão de obra disponível, além de reprodutoras. De tal maneira que o colonialismo propagou uma visão preconceituosa e estigmatizadora das indígenas.

Estudos recentes, como o de Lacerda (2010), que se dedicou a investigar elementos do colonialismo brasileiro presentes na atualidade em nossas políticas, destacam que:

[...] foram múltiplos os papéis da mulher indígena. Abusadas sexualmente, exploradas como escravas, dotadas do nobre papel de mães de famílias de filhos considerados legítimos e ilegítimos. Trabalhavam na roça e com os cuidados da casa e da família, donde provavelmente herdamos nossos mais fortes hábitos de higiene. Foram, também, junto com seu povo, vítimas do extermínio quando este foi conveniente. Geraram, em seus ventres, os primeiros mestiços brasileiros (Lacerda, 2010, p. 44).

Presta (2006) enfatiza que algumas abordagens, adotadas por vários pesquisadores, mascararam a exploração e os abusos sexuais sofridos pelas mulheres indígenas. Para o autor, os colonizadores que chegavam à América, podendo ser fidalgos ou homens comuns, consideravam as mulheres indígenas como parte da conquista realizada, de modo que podiam ser utilizadas como mão de obra ou abusadas sexualmente.

Apesar de serem escassos os estudos sobre a mulher indígena no século XIX, o autor Joaquim Machado de Oliveira escreveu, em 1842, questionando: qual era a condição social da mulher entre os indígenas do Brasil? Em vista disso, em seus escritos, ressaltava a importância das mulheres nas diferentes sociedades/etnias indígenas. Objetivava mostrar, então, que o olhar eurocêntrico construiu, também, a ideia de que as indígenas eram, totalmente, submetidas às ordens dos homens, de tal modo que deveriam aceitar a escravidão, contrapondo-se ao real papel exercido pela mulher indígena.

Isto posto, a trajetória de resistência das mulheres indígenas, costumeiramente, é silenciada pela historiografia oficial nos livros didáticos ou pelos estudiosos que preferem ocultar a realidade ao longo da história. Ainda assim, é válido ressaltar que tais mulheres:

[...] não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. [...] Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar (Perrot, 2006, p. 212).

Nessa perspectiva, Wolff (1999), em seu livro intitulado “Mulheres da Floresta”, destaca a atuação das mulheres no processo de constituição dos seringais e na formação da sociedade seringalista. A autora mostra o papel social dessas mulheres de origem cabocla e indígena, evidenciando suas ações de resistência ante as diferentes formas de opressão a que foram submetidas. Como forma de resistência, tais mulheres introduziram seus hábitos, costumes, técnicas e ideias de origem indígena nos grupos familiares dos quais foram obrigadas a fazer parte, envolvendo elementos da cultura indígena e não indígenas, tal como a construção de novas culturas, ainda que:

Um fato um tanto audacioso, visto que, pelos preconceitos existentes, os povos indígenas enfrentam constantemente desafios na luta em busca de direitos, imagine neste caso, **ser indígena e mulher**, o preconceito tende a ser dobrado, pois, como se presencia cotidianamente, mulheres, de forma geral, sofrem constantemente diversas formas de violência e discriminação por apenas serem mulheres, ainda mais sendo mulheres indígenas (Ribeiro, 2017, p. 41, grifo meu).

A partir da década de 1990, surgiram as primeiras organizações de mulheres indígenas dentro das TI, buscando significativa participação social, cultural e política dentro da aldeia e na sociedade. Para tanto, Sacchi (2003) assevera que a formação dessas organizações ocorreu como forma de incentivar a busca pela efetivação dos direitos dos povos indígenas da região amazônica.

Na aldeia Asuriní do Trocará, atualmente, não existe uma associação de mulheres indígenas, embora haja a Associação Indígena do povo Asuriní do Trocará (AIPAT), cujo presidente Waitahoa Asuriní, conhecido como Waitá, é quem reúne mulheres e homens indígenas dessa etnia para reivindicar seus direitos.

Nesse sentido, Alencar (2008) evidencia, em seus estudos, que as mulheres indígenas vêm, paulatinamente, conquistando seus espaços dentro e fora da comunidade indígena e inserindo-se em atividades que, a princípio, tinham o homem como único protagonista, assim como estão desconstruindo algumas ideias estereotipadas predominantes na historiografia oficial, a qual destina à mulher indígena o papel de cuidadora infantil, daquela que cuida dos afazeres domésticos.

Alguns estudiosos da temática indígena (Oliveira, 1942; Ribeiro, 2014; Wolff, 1999; Perrot, 2006; Alencar, 2008) relatam que, tradicionalmente, na organização social desses povos, a mulher não detém o papel de submissão. Inclusive, Ribeiro (2004), ao visitar a fronteira do Pará com o Maranhão, relatou que, em algumas aldeias Kaapor, percebeu que as mulheres detinham um papel elevado na organização do grupo. O autor pontua que as tarefas diárias eram divididas entre homem e mulher igualmente, desde as de subsistência até os rituais.

O homem vai à roça com a mulher, ajuda a desbastar o mandiocal, a arrancar as raízes, a arrumá-las num jamaxim e a carregar. Durante a fabricação de farinha, ele provê a lenha e, ocasionalmente, pode ajudar na secagem, na prensagem do tipiti, na peneiração e na torrefação da farinha. Essas são atribuições femininas e eles não se sentem obrigados a realizá-las, mas, geralmente, nos casais mais jovens, que sempre vivem juntos, há cooperação mesmo nessas tarefas e até entre os velhos, quando a mulher está grávida ou doente (Ribeiro, 2004, p. 243).

Nessa perspectiva, segundo os estudos de Ribeiro (2017) sobre a mulher Asuriní, na contemporaneidade, esta não espera que seus maridos apenas as consultem acerca de determinado assunto, dado que já fazem parte do processo de decisão, em virtude de estarem inseridas nos espaços decisórios. Dessa forma, na atualidade, a mulher Asuriní faz parte das reuniões, expressa sua opinião e participa das decisões que implicam no funcionamento da aldeia Trocará e melhoria para o povo Asuriní.

Futebol na/da cultura Asuriní do Trocará

A partir das observações e entrevistas realizadas durante o trabalho de campo na Aldeia Asuriní do Trocará, entre 2021 e 2023, obtivemos depoimentos sobre a prática do futebol na TI. Em um desses contatos, a liderança indígena Pirá Asuriní relatou que a prática do futebol entre as indígenas ocorre há muito tempo, representando um momento festivo de encontro para esse povo. Em relação às mulheres indígenas, a liderança relatou que as mulheres jogam no final da tarde em virtude de seus afazeres domésticos.

Ao questionar Pirá no que concerne aos espaços destinados ao futebol na comunidade indígena, contou-nos que⁷:

[...] a gente tem três campos de futebol, o primeiro fica na entrada da Aldeia, é de grama [...] é pequeno, o dono dele é o Yjariwa Asuriní (filho do cacique Kajangawa Asuriní), outro é lá no Oimotawara, e o outro campo é de areia, é maior e é

⁷Tentamos manter as falas o mais próximo da linguagem original, suprimindo, no entanto, o excesso de repetições, marcados por [...].

de todo mundo, é da comunidade indígena e fica perto das casas de todo mundo (Pirá, entrevista de campo, 2021).

A mulher Asuriní joga futebol com os pés descalços, sem divisão por faixa etária, pois, em um mesmo time, há mulheres entre 13e47 anos. Durante a visita ao lócus da pesquisa, assistimos um torneio de futebol. Na aldeia Asuriní, o torneio de futebol se inicia com os jogos dos homens indígenas, enquanto os “jogos principais” são os das mulheres indígenas. Outra observação interessante foi que, inicialmente, jogariam dois times femininos, mas surgiu um terceiro time. Isso porque as mulheres reivindicaram junto aos homens a entrada desse terceiro time. Depois de muita insistência delas, permitiu-se a participação do terceiro time.

A reivindicação das mulheres para a entrada do terceiro time e a persistência até que fosse permitida a participação deste evidenciam um papel ativo dessas mulheres e interesse crescente na prática do futebol. Esses elementos revelam uma dinâmica em evolução, em que as mulheres indígenas da aldeia Asuriní não apenas participam do futebol, mas também buscam, ativamente, melhorias, igualdade de oportunidades e reconhecimento na prática do futebol.

Verificamos que o futebol praticado por essas mulheres possui as mesmas regras e normas esportivas que o praticado pelas mulheres não indígenas. A diferença está na formação dos times e nas competições entre os grupos étnicos/famílias nos torneios da aldeia, isso porque:

[...] Dentro ou fora dos limites escritos do campo de jogo, são semelhantes aos daqueles como qual gostando ou não, estamos familiarizados - das “peladas” assistidas ou praticadas, da televisão, dos estádios. Semelhantes não é o mesmo que iguais, o que pode fazer toda a diferença (Viana, 2001, p. 15).

Buscando compreender o significado da prática do futebol para a mulher Asuriní, coletamos os relatos abaixo:

[...] é algo importante que faz a gente desenvolver conhecimento (Asuriní1, entrevista do dia 14/06/2023) .
É uma modalidade que é muito importante para nós indígenas, as mulheres sempre se dedicam no futebol, eu gosto. É uma diversão! [...] É muito bom quando a gente se

reúne, sempre é uma diversão (Asuriní 2, entrevista do dia 14/06/2023).

É algo muito importante! (Asuriní 3, entrevista do dia 14/06/2023).

O futebol para a mulher Asuriní é muito importante que traz conhecimento [...] é a gente se reunir, jogar futebol e ter uma diversão (Asuriní 4, entrevista do dia 14/06/2023).

O futebol para a mulher Asuriní é uma coisa de conhecimento que faz a gente se desenvolver [...] se reunir e jogar futebol é sempre uma diversão (Asuriní 7, entrevista do dia 15/06/2023).

É interessante notar como as mulheres indígenas gostam de jogar futebol e consideram a sua prática importante. Apesar dos relatos anteriores elucidar que as mulheres têm uma relação de amor com o futebol, tal relação está longe de ser pacífica com os homens da aldeia em relação ao espaço destinado à prática do futebol –o campo –, e com os materiais esportivos necessários a essa prática, como demonstram os relatos que seguem:

[...] quando as meninas querem jogar bola os meninos estão lá (Asuriní 1, entrevista do dia 14/06/2023).

Os meninos sempre tomam a frente das meninas, e a gente fica sem jogar (Asuriní 3, entrevista do dia 14/06/2023).

A diferença é que quando as meninas querem jogar os meninos estão lá [...] os meninos tomam a frente das meninas, e a gente fica sem jogar (Asuriní 7, entrevista do dia 15/06/2023).

A falta de treinador para as mulheres indígenas foi uma reclamação feita por todas as indígenas durante as rodas de conversa. Elas afirmaram que há treinadores e material esportivo somente para os homens indígenas. Também apontaram que sempre ficam na beira do campo esperando os homens saírem para elas jogarem e, quando percebem que eles não sairão, invadem o campo, permanecendo no seu centro até que os homens se retirem e, assim, elas possam começar a jogar futebol. Em vista disso,

frequentemente, a mulher Asuriní precisa “embaçar”⁸ o jogo dos homens para poder ter sua vez de jogar futebol.

A despeito do grande número de mulheres praticantes de futebol na AIAT, ressaltamos que vários projetos destinados à prática de futebol passaram pela aldeia, entretanto a prática de futebol era destinada somente aos homens indígenas. Entre esses projetos destacamos: Projeto “ESPORTE PARA TODOS”, implantado em 2004 pelo Governo do Estado em parceria com o Ministério do Esporte; “SEGUNDO TEMPO”, que não incluía mulheres; Projeto “ZICO 10”, implantado em 2011 pela Prefeitura de Tucuruí.

O futebol entre as mulheres indígenas já existia há muitos anos na aldeia Asuriní do Trocará, fruto do contato com os não indígenas, desde o período em que os indígenas tinham como meio de transporte o rio Tocantins para suas idas à cidade de Tucuruí, no intuito de vender seus frutos, caças e sementes. O futebol, portanto, está presente na Aldeia Indígena Asuriní do Trocará (AIAT), seja no uso de camisa de times, tatuagens, pintura das casas ou jogos de futebol.

Ao questionarmos as mulheres indígenas se havia uma pintura específica para a prática do futebol, responderam negativamente, explicando que fazem pintura específica para festa, pois consideram a prática de futebol um momento festivo, de alegria. Na Figura 2, fica evidente a presença do futebol e suas nuances/simbologias no cotidiano da AIAT, não podendo ser negado, mas evidenciado em consonância com a rica cultura da etnia Asuriní do Trocará.

Nesse panorama, essas mulheres praticantes de futebol atribuem nomes indígenas a seus times (sendo 4 times de mulheres) e fazem sua pintura corporal para ir jogar futebol, porque consideram um momento festivo (Figura2). Durante a roda de conversa, as líderes dos times relataram que as meninas iniciam no futebol desde a infância, entre 8 e 10 anos, jogando pelos quintais, e depois, entre os 12 e 13 anos, jogam junto com as mulheres adultas. Os times de mulheres da aldeia são formados,

⁸“Embaçar” – essa palavra foi usada por um indígena de 15 anos ao se referir ao momento em que estão jogando futebol no campo, sem permitir que as mulheres possam jogar e as mulheres invadem o campo, expulsando os homens para que possam também jogar.

sobretudo, por parentesco, em que jogam juntas mãe e filha, mulheres solteiras e casadas.



Figura 2 -Time de futebol -Mulheres indígenas

Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2023).

A líder Apua Asuriní (entrevista do dia 03/06/2023) relata que sua filha joga com ela no time. As líderes dos times afirmaram que, para jogar futebol no campo grande de areia, precisam “brigar” com os homens por causa do campo. Isso porque chegam entre 15h e 16h ao campo para jogar, quando os homens já estão jogando. Elas esperam e, para que possam jogar, muitas vezes, precisam invadir o campo, postando-se no meio dele e saindo apenas quando eles as deixam jogar.

Ao longo da roda de conversa com as lideranças dos times de futebol: Apuassua Asuriní, Tarumatinga Asuriní, Miriásangwa Asuriní e Paranatinga Asuriní afirmaram em entrevista que:

As mulheres não possuem material para jogar Futebol, jogam descalças e sem uniforme. Os homens não emprestam a bola e nem uniforme [...]. Jogamos uma única vez na cidade, porque não temos transporte, nem calçado, ... [...] não tem dinheiro nem para comprar o pão de manhã [...] No torneio da cidade voltamos com os pés muito machucados, porque jogamos sem chuteiras (Apuassu Asuriní, entrevista do dia 03/06/2023).

A declaração das lideranças dos times de futebol Asuriní, destacam desafios significativos enfrentados pelas mulheres na prática do futebol em sua comunidade, como:

- a falta de material adequado para jogar futebol, como chuteiras, bola e uniformes. Isso não apenas afeta o conforto e o desempenho delas, mas também destaca as disparidades no acesso a materiais esportivos em comparação com os homens.
- a falta de transporte representa uma barreira adicional para a participação das mulheres em eventos esportivos fora da aldeia, limitando as oportunidades de competir em torneios externos e interagir com outras comunidades, restringindo as vivências esportivas.
- ameaça de não ter dinheiro suficiente para comprar, até mesmo, itens essenciais, como pão, evidencia desafios econômicos mais amplos enfrentados pela comunidade. Tais barreiras econômicas limitam o acesso a equipamentos esportivos e o acesso à alimentação.

As condições descritas sublinham a necessidade de apoio externo e mudanças estruturais para garantir que as mulheres Asuriní tenham acesso igualitário e condições adequadas para a prática do futebol. Isso inclui a consideração de políticas públicas que abordem o investimento em infraestrutura esportiva nas comunidades indígenas, privilegiando homens e mulheres indígenas de forma igualitária.

Essas mulheres apaixonadas por futebol afirmam que, apesar de o campo ser ruim, “só areia, o futebol é uma alegria pra nós, se não tiver futebol... não é! (Tarumatinga Asuriní, entrevista do dia 03/06/2023). A declaração de Tarumatinga enfatizando a alegria proporcionada pelo futebol destaca a importância cultural desse esporte na vida dessas mulheres, percebido como uma fonte de alegria e significado, intensificado na afirmação: “se não tiver futebol... não é”. Em relação à pintura corporal feita para jogar futebol relatam que:

Quando jogamos futebol fazemos pintura corporal, pintamos tamanduá, pé do caranguejo, que simboliza pinturas que

representam a família, ou pinturas para festejo, não temos pintura específica para jogar futebol (Miriásangwa Asuriní, entrevista do dia 03/06/2023).

Todas as mulheres afirmam jogar futebol desde a infância nos quintais e nos espaços livres da aldeia. Contexto em que a única diferença entre o futebol praticado pela mulher Asuriní e a mulher não indígena é a pintura corporal feita pela mulher Asuriní para a prática do esporte. As mulheres mais velhas se recordam que havia um campo de futebol às margens do rio Tocantins, porém, com a construção da hidrelétrica, o campo alagou, e os indígenas tiveram de sair da beira do rio.

Nos fins de tarde, homens, mulheres e crianças se reúnem para jogar e/ou assistir os jogos de futebol no campo central. Campo esse que, costumeiramente, a mulher Asuriní “embaça” o jogo dos homens para poder ter sua vez de jogar futebol, como uma forma de resistência e empoderamento.

Nessa prática, foi possível também identificar, durante a pesquisa de campo os times preferidos desses indígenas, com frequência, estampadas nas camisas usadas de clubes do Sudeste do País, além do uso de camisas da seleção brasileira. Notou-se, ainda, que, raramente, usavam camisas dos clubes paraenses: Paysandu, Remo, Independente, entre outros. Enfim, o futebol introduzido nessa Aldeia Indígena influenciou o cotidiano dessa comunidade, tão próxima da sociedade envolvente.

Na Figura 3, há imagens aéreas dos núcleos da TI, como a escola, a Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) e os campos de futebol: 1) campo de futebol pequeno, conhecido como campo do Kaju; 2) campo de futebol grande, em frente ao núcleo da Vilinha; 3) Escola indígena Warara’awa; 4) UBSI; 5) rio Tocantins; 6) núcleo 1; 7) núcleo 3, conhecido como Vilinha; e 8) núcleo 2.



Figura 3-Vista aérea da TIAT

Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2023).

A importância do campo de futebol (Figura3) para a aldeia Asuriní do Trocará transcende sua função esportiva, tornando-se um espaço central de interação, celebração e expressão cultural, sendo, ainda, um espaço que abriga a prática do futebol, encontros comunitários e eventos festivos e culturais, porque se trata de um local em que a comunidade se reúne para jogar futebol e para celebrar sua identidade, tradições, momentos importantes de interação entre indígenas e não indígenas, compartilhando experiências, histórias e fortalecendo laços sociais

Ao explorar essas narrativas, o estudo pôde capturar a evolução da prática do futebol, mas também a forma como certos espaços se tornam pontos de referência significativos na história cultural de uma comunidade. Isso destaca a complexidade e a riqueza das relações entre a prática do futebol, a memória coletiva e a identidade cultural na comunidade Asuriní do Trocará.

Essa complexa e rica relação entre a prática do futebol e a cultura Asuriní se reflete também na incorporação de palavras relacionadas ao futebol à língua tupi-guaraní falada pelos Asuriní do Trocará, sendo um

exemplo claro dessa integração de elementos culturais. Nessa perspectiva, a professora Morosopia Asuriní, professora de língua materna e Educação Física escolar, com graduação em licenciatura intercultural pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) que atua em escola indígena da aldeia, informou-nos algumas terminologias em tupi-guarani relacionadas ao futebol e à sua prática, conforme Quadro 1.

Tupi-guarani	Português
Ywá mamahawa	Futebol
Ywá	Bola
Nakawa'é	Estádio
E' apo imong'o ywá	Faz o gol
Eré samaman ywá	Vamos jogar bola
Eré	Vamos
Emamam ywá seope	Joga bola para mim
Emamam ywá isope	Joga bola para ela
Eron ywá	Trás a bola
Eson ywá herotá	Corre com a bola
Emaman ywá kowei	Chuta a bola logo

Quadro 1 - Terminologias em tupi-guarani relacionadas ao futebol e à sua prática

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Por intermédio do Edital nº1, de 3 de agosto de 2020 (Brasil, 2020), do Ministério da Cidadania (atualmente Ministério dos Esportes), que selecionava projetos para fazer parte do programa Academia & Futebol, submetemos e aprovamos o projeto Aldeia do Futebol para ser desenvolvido na AIAT com as mulheres indígenas. No entanto, os recursos financeiros não foram disponibilizados pelo Governo Federal. Ainda assim, devido à

expectativa e à importância demandada por essa comunidade, estamos desenvolvendo o projeto com materiais advindos do projeto Para. Bola⁹, registrado nas Figuras 4 e 5 a seguir.



Figura 4 -Treino de futebol

Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2023).



Figura 5 - Mulheres indígenas jogando futebol

Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2023).

⁹Projeto aprovado em 2019 no Programa Academia & Futebol do Ministério da Cidadania, atualmente, Ministério do Esporte, com liberação de recursos financeiros para o desenvolvimento de pesquisas e ampliação da prática do futebol no município de Tucuruí (PA).

As indígenas nutrem o desejo de participar de campeonatos de futebol, todavia a Copa Rural, até seu último campeonato em 2022, era feita apenas para homens. Ainda assim, há a possibilidade de que, neste ano (2023) realizem, pela primeira vez, um campeonato para mulheres.

Tal possibilidade está criando grande expectativa nessas mulheres indígenas jogadoras de futebol. A abertura do campeonato para as mulheres é um passo significativo na promoção da igualdade de gênero e na valorização das habilidades esportivas das mulheres indígenas, fortalecendo o senso de comunidade, empoderamento e autoestima, porque o futebol deve ser para todos, independentemente do gênero ou da origem étnica.

Considerações finais

No que se refere, especificamente, ao futebol praticado por mulheres indígenas, não foram encontrados estudos acerca dessa temática nas revistas acadêmicas e na plataforma de teses e dissertações da CAPES, no período entre 2011 a 2023, e nos repositórios de revistas acadêmicas, justificando a relevância deste estudo. Evidenciaram-se, nas pesquisas encontradas, tão somente estudos relativos às manifestações culturais, mitos e ritos tradicionais e o papel da mulher indígena na transmissão de saberes tradicionais.

A prática do futebol faz parte do cotidiano da AIAT. Nessa perspectiva, Silva (2023), ao entrevistar a professora Morosopia da escola indígena, relatou que ela, ao planejar suas aulas com os demais professores de língua materna, escreve em seu caderno frases usadas no dia a dia da comunidade em português e na língua Asuriní. Dentre estas, apareceu “vamos jogar bola”.

Portanto, “jogar bola” faz parte do dia a dia desse povo, sendo uma realidade na Aldeia Asuriní do Trocará, praticada também pelas mulheres indígenas Asuriní do Trocará, fazendo parte do cotidiano dessas mulheres não somente como forma de lazer, mas também como forma de empoderamento, visto que reivindicam: espaço para jogar futebol, treino regular, participação em campeonatos, acesso a materiais e a treinamentos

adequados, ou seja, oportunidades apenas destinadas aos homens indígenas.

O futebol que penetrou na cultura Asuriní do Trocará, preliminarmente, introduzido pelos não indígenas, na atualidade, faz parte da centralidade dos eventos, do lazer e da interação entre etnias e entre indígenas e não indígenas. Dessa forma, “jogar futebol” para as indígenas detém um potencial intercultural a ser incorporado em políticas públicas, no esporte e na lazer das populações (Nascimento, 2015, p. 118), porque “o futebol praticado pelos indígenas rompe as fronteiras espaço/lugar, podendo ser visto dentro e fora das aldeias, numa dimensão para além do jogo e sua organização técnica”.

Para o estudioso Roberto DaMatta (1982), o futebol pode ser uma das instâncias pelas quais a sociedade se revelaria por si própria. Vislumbrado em seus aspectos socioculturais, o futebol pode ser percebido como uma instituição capaz de juntar muitas esferas da vida social e agentes, tratando-se de um lugar privilegiado para análise social.

Por fim, entre todas as idas e vindas à comunidade indígena Asuriní do Trocará, arremessando nossa rede de pesca no rio caudaloso da cultura, costumes, ritos e prática do futebol pelas mulheres indígenas, pescamos informações e trouxemos um pouco do que observamos ao longo do nosso trabalho de campo, buscando compreender tal prática dentro do contexto Asuriní do Trocará e de sua relação com a sociedade envolvente, sem ofuscar as necessidades latentes desse povo.

Assim, pretendemos contribuir com os estudos na área e estimular outros estudiosas a navegar por esse rio caudaloso, inspirando novas curiosidades. Temos a certeza de estarmos diante de um estudo inacabado porque as histórias, as pessoas, as culturas e os estudos estão em constante processo de construção e reconstrução.

Referências

ALENCAR, J. Mulheres que jogam: primeiras aproximações sobre as manifestações do processo civilizador nos jogos dos povos indígenas. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR*, 11., 2008, Buenos Aires. *Anais...*Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2008. p. 1-9.

AQUINO, R. S. L. *Futebol Uma Paixão Nacional*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2002.

BOAS, F. *Antropologia cultural*. Celso Castro (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 87.845, de 22 de novembro de 1982*. Homologa a demarcação da área indígena que menciona, no Estado do Pará. Brasília, DF: Presidência da República, 1982. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1982/d87845.html. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-Lei nº 3. 199, de 14 de abril de 1941*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1941. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. *Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834*. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1834. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.*

Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20regula,e%20harmoniosamente%2C%20%C3%A0%20comunh%C3%A3o%20nacional.

Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. DOU - Publicado em: 05/08/2020 | Edição: 149 | Seção: 3 | Página: 5, Edital nº 1, de 3 de agosto de 2020. Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Esporte/Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor.

CAMARGO, V.T. Jogos indígenas: etnias brasileiras jogavam bola antes da chegada de Charles Miller. *Ciência e Cultura*, [S.l.], v. 66, n. 2, p. 54-55, 2014.

DAMATTA, R. *et al. Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso. *In: Reunião Anual da ANPEd*, Caxambu, 23, set, 1998. *Anais...Caxambu*: ANPEd, 1998.

Disponível em:

https://poars1982.files.wordpress.com/2008/03/rbde10_06_claudia_fonseca.pdf. Acesso em: 2 fev. 2023.

FRANCO JUNIOR, H. *A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade.* São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Rev Bras Hist*, [S.l.], v. 25, n. 50, p. 315-328, jul. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882005000200012>

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51.ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GALEANO, E. *Futebol ao sol e à sombra*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

GOELLNER, S. V. Mulheres E Futebol No Brasil: Descontinuidades, Resistências e Resiliências. *Movimento*, [S.l.], v. 27, p. e 27001, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/110157>. Acesso em: 17 dez. 2023.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590>. Acesso em: 2 mar. 2023.

GONÇALVES, Rosiane Ferreira. *Autonomia e sustentabilidade indígena: entraves e desafios das políticas públicas indigenistas no estado do Pará entre 1988 e 2008* / Rosiane Ferreira Gonçalves; Orientadora, Ligia T. L. Simonian. – 2010.

HELAL, R.; SOARES, A.; LOVISOLO, H. *A Invenção do País do Futebol: Mídia, Raça e Idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

IBGE. IBGE disponibiliza Base de Faces de Logradouros do Censo 2022. Estatísticas Sociais IBGE. 2023. Disponível em: [Censo Demográfico 2022 \(ibge.gov.br\)](https://censos.ibge.gov.br). Acesso: 12 set. 2023.

LACERDA, M.B. “*As mulheres no Brasil Colonial*”. Colonização dos corpos: Ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental*. In: Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NASCIMENTO, R. O Futebol Munduruku: Um Jogo Estratégico Nas Relações Interétnicas E Interculturais Em Juara-Mt”. 2015 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá,2015.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informação na pesquisa qualitativa. In: MOLINA, V. N.; TRIVIÑOS, A. N. S. *A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Sulina, 2004.

OLIVEIRA, J. J.M. “Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?”. [S.l.]: RIHGB, t. IV, 1842.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo:Contexto,2006.

PRESTA, A.M. “Indígenas, españoles y mestizaje en la región andina”. In: MORANT, I. (dir.). *História de las mujeres en España y América Latina*. Vol. II: El mundo moderno. Madrid: Cátedra, 2006.

RIBEIRO, B.N.P. *A crença na Sawara e a inserção de credos não indígenas entre o povo Assurini do Trocará, no município de Tucuruí-Pará*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, 2014.

RIBEIRO, B.N.P. *Mahíra e os saberes femininos: gênero, educação e religiosidade na comunidade indígena Assurini do Trocará, município de Tucuruí/PA*. 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.

ROSA, A.L. *Operários da Bola:Um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o futebol na cidade de Itajaí (SC) entre as décadas de 1920 a 1950*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,2011.

SACCHI, A. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. *Antropológicas*, [S.l.], v. 14, ano 7, p. 95-110, 2003.

SALLES, J.G.C.; SILVA, M.C.P.; COSTA, M.M. “Mulher e o futebol: significados históricos”. In: VOTRÉ, S.J. (org.). *A Representação Social da Mulher na Educação Física e no Esporte*. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho, 1996.

SEVERINO, C. M. *Nós é que somos banguenses*. Brasília, DF; João Pessoa: Ícone, 2010.

SILVA, S.V. *O ensino da língua Asuriní na Aldeia Trocará*. 2023. 136f. Dissertação (Mestrado em) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2023.

VIANNA, F.L.B. *A bola, os “brancos” e as toras: futebol para índios Xavantes*. 2002 459 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

YIN. R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WOLFF, C.S. *Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

Jairson Monteiro Rodrigues Viana

Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará- UEPA (1999), Mestre em Educação (UFPA-2024) Especialista em Pedagogia Do Movimento Humano (UEPA - 2002) e Mestrando em Educação - PPGED (UFPA - 2021). Tem experiência na área de Educação, Educação Física; com ênfase em Prática Docente, Educação Física Escolar e Treinamento Desportivo. Atualmente é professor de Educação Física Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA / Tucuruí (desde 08/ 2016); também atuou como professor do ensino médio - SEDUC / Tucuruí - PA (2003 - 2016) e docente substituto - UEPA / Tucuruí, ministrando as disciplinas: Futsal, Handebol, Atletismo e Prática docente.

E-mail: jairson.viana@ifpa.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7789151852417573>

Maria Sarmiento Pereira

Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará - UEPA (2000). Possui Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - EPT(2023), especialização em Pedagogia do Movimento Humano pela Universidade do Estado do Pará (2002), Gestão Escolar pela Universidade Federal do Pará (2008), Educação Empreendedora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC RIO (2017) e Experiência em Metodologia Ativa de ensino NIAGARA COLLEGE CANADÁ (2019). Integrante dos Grupos de Estudo e Pesquisa: Linguagem, Cultura e Educação na Amazônia e Tecnologia Assistiva para a Educação Inclusiva / IFPA - Tucuruí. Atualmente é professora de Educação Física Escolar da rede Estadual / Tucuruí - Ensino Médio (desde 2003) e Técnica em Assuntos Educacionais / IFPA Tucuruí; também atuou como docente substituta - UEPA / Tucuruí, ministrando as disciplinas: Políticas Públicas de Educação Física Esporte e Lazer, Fundamentos e Métodos do Jogo e Estudos do Lazer.

E-mail: sarmiento-y@hotmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9940055346582613>

Recebido para publicação em novembro de 2024.

Aprovado para publicação em fevereiro de 2025.